

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 008 - "A"

PRESIDENTE - DEPUTADO BENEDITO PINTO (EM EXERCÍCIO)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO ROMOALDO JÚNIOR
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO MANOEL DO PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE - De conformidade com o nosso Regimento Interno, e havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito do Sr. 2º Secretário para que proceda à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 16:20 HORAS)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Solicito do Sr. 1º Secretário para que proceda à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Não há Expediente a ser lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente.

Sobre a mesa, Emenda Modificativa de autoria do Deputado Wilson Santos:
EMENDA MODIFICATIVA:

Modifica o quadro orçamentário do Projeto de Lei do Orçamento Próprio Anual para 1997 do Governo do Estado de Mato Grosso.

Suplementar em R\$ 1.735.000,00 (hum milhão, setecentos e trinta e cinco mil reais) o orçamento da SAAF - Secretaria de Agricultura e Assuntos Fundiários, no Projeto/Atividade - Coordenação de Programa Estadual para o Desenvolvimento da Produção Associativa - 2036000.

Reduzir de igual o valor - R\$ 1.735.000,00 (hum milhão, setecentos e trinta e cinco mil reais) da Reserva de Contingência, código 9999999999990000.

JUSTIFICATIVA

Um dos principais problemas enfrentados pelos pequenos produtores para não só comercializar os seus produtos, mas também e, principalmente, para alcançar preços competitivos e compatíveis para os seus produtos, diz respeito ao transporte.

De fato, com dimensões continentais e carência de estrutura de transporte, o Estado de Mato Grosso tem neste item um dos principais entraves à consolidação da agricultura familiar, assim como na fixação de pequenos produtores à terra.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Uma das principais dificuldades para as pequenas comunidades conseguirem redutores significativos de preços diz respeito à incapacidade desses produtores de adquirirem veículos para transportar a sua produção, insumos e pessoas.

Sendo como é a política do Governo quer Federal, quer Estadual, de incentivar a pequena propriedade, visando a diversificação da produção, o barateamento dos produtos e a fixação do homem no campo, um dos instrumentos necessários para atingir este objetivo é proporcionar meios que permitem e proporcionam transporte barato e adequado a essas populações.

Incapazes num primeiro momento de arcar com o custo desses veículos, cabe ao Governo, como nos casos da mecanização agrícola, suprir esta deficiência, ofertando a estes produtores veículos para que os mesmos possam consolidar-se na sua atividade.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 1997

Deputado WILSON SANTOS - PDT

Não havendo orador inscrito...

O Sr. Romoaldo Júnior - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Romoaldo Júnior.

O SR. ROMOALDO JÚNIOR - Eu gostaria que V.Ex^a suspendesse a Sessão para irmos à Sala da Presidência, com todos os Srs. Deputados, para analisarmos o Veto da LDO, que deve ser votado hoje. Alguns Deputados já se encontram lá e eu gostaria que V.Ex^a suspendesse a Sessão e, logo após, voltaremos para aprovação ou derrubada desse Veto.

O SR. PRESIDENTE - Não havendo orador inscrito no Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente...

Atendendo ao Requerimento do Deputado Romoaldo Júnior, declaro suspensão a Sessão por 15 minutos.

Está suspensa a Sessão.

(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 08:56 HORAS E REABERTA ÀS 09:36 HORAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO JOSÉ RIVA).

O SR. PRESIDENTE - Declaro reaberta a presente Sessão.

Com a palavra, no Grande Expediente, a nobre Deputada Zilda.

A SR^a ZILDA - Sr. Presidente, solicito a transferência da minha inscrição para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE - Deferido, nobre Deputada.

Com a palavra, o nobre Deputado Gilmar Fabris (AUSENTE). Com a palavra, o Deputado Humberto Bosaipo, pelo prazo de 24 minutos.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero trazer aqui um assunto que está em pauta e que deve ser preocupação de todos os Parlamentares desta Casa: trata-se do número de vagas de deputado federal e estadual para a eleição do ano que vem, em Mato Grosso.

O nosso futuro Governador Júlio Campos, do PFL, já começou com a campanha de recadastramento eleitoral. E eu trago matéria veiculada num jornal local, Sr. Presidente, de uma entrevista onde o ilustre Senador Júlio afirma que 09 vagas já estão garantidas para a Câmara Federal, ou seja, Mato Grosso vai ganhar agora mais um deputado federal, por conta do recadastramento eleitoral realizado até agora, que soma 1 milhão, 430 mil e 695 eleitores. E a tese do Senador é de que nós precisamos chegar, até outubro, agora, a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

1 milhão e meio de eleitores para termos dez Deputados Federais e trinta Deputados Estaduais.

Com esse número de eleitores já oficializado junto ao Tribunal Superior Eleitoral, o Senador Júlio Campos afirma que nós já teremos, na próxima eleição de 98, vinte e sete Deputados Estaduais eleitos pelo Estado de Mato Grosso. Obviamente que essa deve ser uma campanha suprapartidária, uma campanha onde nós vamos pedir aos nossos prefeitos, aos nossos líderes e aos nossos partidos para que intensifiquem - e é por isso que é importante esse tema - essa campanha de filiação partidária, para que nós possamos ter a representação mato-grossense no Congresso Nacional aumentada para dez Deputados Federais e a representação Estadual, para trinta Deputados Estaduais.

“O Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado José Riva e o Deputado Paulo Moura”, diz aqui a matéria: “... também estão trabalhando junto às Lideranças dos seus Partidos, para estimular a população oriunda de outros Estados a transferir o seu domicílio eleitoral para Mato Grosso.”

Ora, nós que somos da classe política, o Deputado Eliene, que é um *expert* em transferência de títulos, não pelo que ocorreu com ele, mas por ter sido um dos Deputados mais interessados - mais interessados - e foi injustiçado naquela questão... Diga-se de passagem, eu estava a seu favor. Mas o Deputado Eliene sabe da importância...

O Sr. Eliene (FALA FORA DO MICROFONE DE APARTES) - E das dificuldades!

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - E das dificuldades que a Justiça Eleitoral às vezes coloca para nós, da classe política, que somos os maiores interessados na concessão de títulos de eleitores.

Eu estou vendo ali o Jornalista Dirceu Carlino, que está rindo. O Dirceu Carlino, quando foi candidato, não conseguiu transferir o título de trinta eleitores do Paraná para cá, e por isso perdeu as eleições!

Mas, é importante que nós possamos, Deputado Eliene, sensibilizar a Justiça, porque os maiores interessados em fazer transferência de títulos somos nós. Afinal, nós vivemos disso aqui, do momento político, da vida política!

O Sr. Eliene - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Concedo um aparte a V. Ex^a, nobre Deputado Eliene.

O Sr. Eliene - Eu acho muito importante o assunto que o nobre Deputado Humberto Bosaipo levanta neste instante, porque eu acho que é de interesse de todos os Srs. Deputados aqui, acho que todos aqui correm atrás da reeleição ou, então, pleiteiam uma vaga na Câmara Federal. Eu acho que realmente é louvável o que buscamos: a legalização da população mato-grossense que não tem título eleitoral. Para citar um exemplo em que eu fui envolvido, na eleição de 94: vamos pegar o Jardim Vitória, que tem mais ou menos dez mil eleitores. Eu e o Deputado Wilson Santos, que fomos os mais votados naquele bairro, atingimos uma média de 100 votos, 120 votos lá. Então, daí a preocupação nossa naquela ocasião...

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Esse foi o resultado por urna ou pelo bairro todo?

O Sr. Eliene - Na totalidade dos eleitores do bairro!

Se V. Ex^a conhecer a periferia de Cuiabá, como eu conheço, V. Ex^a pega o Jardim Florianópolis, Jardim Vitória, Três Barras, Jardim Brasil, enfim, aquele “cinturão de invasões” que se deu no Grande CPA, 30% daquele povo ali não tem título eleitoral, quase que não tem documento de forma nenhuma - isso em 94. Naquele ocasião, nós nos preocupamos,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

realmente. Um cabo eleitoral nosso se preocupou, porque em 92, tendo em vista a nossa preocupação, o nosso resultado, ele correu atrás para tentar reverter a situação, porque não é justo V. Ex^a dar assistência, como político, trabalhar 2, 3, 4, 6, 8 anos em uma região e não ter um retorno eleitoral.

Então, isso se deu em 94, quando um cabo eleitoral nosso buscou cadastrar alguns eleitores a mais e tivemos uma interpelação judicial. Eu até fiz um desafio para que a Justiça provasse que eu tinha alguma culpa naquilo. Nunca tinha feito isso de público, mas não tenho nada com aquilo lá, foi feito um exame grafológico, escrevi sete páginas naquela ocasião, para verificar se chegava a uma conclusão, se eu tivesse alguma culpa e nunca foi feita declaração pela Justiça se eu tive culpa ou não. Até me preocupa essa falta de posicionamento da Justiça com relação àquele caso.

Voltando à questão do recadastramento eleitoral, eu acho que nós temos que nos preocupar, sim. Acho que se cada um dos 24 Deputados, aqui, buscar, realmente, na região em que ele atua, conscientizar as autoridades, os componentes que trabalham, os membros das associações de moradores, quem realmente pode buscar com a classe política um recadastramento, não tenho dúvidas de que o Senador Júlio Campos vai chegar na previsão dele, dos 30 Deputados Estaduais e 10 Deputados Federais.

Eu acredito que o Governador Dante de Oliveira - e eu até tenho também a impressão de que está correndo atrás da reeleição e, na minha avaliação, com muita chance de se reeleger, em função das mudanças que nós estamos percebendo no Estado, a sua possível filiação ao PSDB - ele também vai-se preocupar com essa questão.

Então, Deputado Humberto Bosaipo, quero parabenizá-lo pela colocação de V. Ex^a, até no tom de explicações, porque acho que V. Ex^a tem uma experiência muito grande, pela vivência aqui no Legislativo Mato-grossense, pelo tempo que trabalha nesta Casa de Leis, eu acho que só tem a contribuir para que cada um de nós busquemos, realmente - o Deputado José Riva na região dele, nós na nossa região, V. Ex^a na região do Araguaia e aqui também, onde teve uma votação expressiva - cada um na sua região, se tiver uma estratégia da busca de recadastramento desse povo que vem de fora, com certeza atingiremos esse objetivo que o Senador Júlio Campos projeta para 98.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu agradeço, Deputado Eliene.

Devo dizer e confirmar que foi justa a sua interpelação judicial na questão dos títulos e é por isso que V. Ex^a aqui é Deputado e faz um trabalho brilhante.

Mas, Deputado José Riva, Presidente desta Casa, eu gostaria que V. Ex^a só pagasse o salário dos funcionários da Assembléia Legislativa que têm título de eleitor no Estado de Mato Grosso. Estão sendo nomeados novos assessores, estão sendo preenchidos novos cargos, mas peça, faça uma exigência aqui na Casa, vamos começar por aqui. Vamos começar pelos nossos gabinetes, vamos constatar! Quem não tiver título de eleitor daqui, não pode ser funcionário público no Estado de Mato Grosso. Eu tenho a impressão de que V. Ex^a vai levar um susto na Casa. Tenho a impressão de que aqui mesmo na Assembléia Legislativa há muitos funcionários que não têm o título de eleitor daqui.

Então, vamos sugerir que a Presidência comece aqui pela Casa. Obviamente que a Assembléia Legislativa sempre teve um relacionamento muito bom com o TRE de Mato Grosso, Tribunal Regional Eleitoral. O Tribunal Regional Eleitoral agora, a partir do dia 15 de março, tem um novo Presidente, que vai ser eleito dentre os desembargadores componentes do Tribunal de Justiça. Qualquer um deles que for eleito para essa nova função - estão cotados o Dr. Tadeu Cury, o Dr. Salvador Pompeu de Barros, que já foi Presidente do Tribunal

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

de Justiça, e parece-me que o Dr. Ernani Vieira - qualquer um desses desembargadores conhecem a sistemática de alistamento eleitoral de Mato Grosso. E aí a Assembléia Legislativa pode sair na frente, firmar um convênio com o TRE de Mato Grosso para que possa fazer, inclusive, troca de funcionário, cedência de funcionários e usar outros meios de ação, para que nós possamos atingir esse eleitorado que o futuro Governador Júlio Campos pretende atingir e que vai beneficiar a todos os partidos, ou seja, um milhão e meio de eleitores...

○ Sr. Pedro Satélite - Permita-me um aparte, nobre Deputado?

○ SR. HUMBERTO BOSAIPO - Ouço V. Ex^a, antes que se esgote o tempo.

○ Sr. Pedro Satélite - Deputado Humberto Bosaipo, eu acho de suma importância o pronunciamento de V. Ex^a, mas além do que V. Ex^a está colocando, gostaria também de sugerir que nós convidássemos a Imprensa, a mídia, para que os jovens de 16 anos sejam mais motivados a fazer o seu título, porque o maior número de pessoas que não têm o título são os jovens. Ele, hoje, não está motivado. Eu acho que teria que haver uma programação com a mídia, com a Imprensa falada e escrita, para divulgar e incentivar esses jovens, mostrando a eles a importância que têm no contexto estadual e até nacional, incentivando-os a terem o seu título de eleitor. Hoje, a nível estadual e até mesmo de Brasil, quanto mais eleitores existirem no Município e no Estado, mais força política se tem e mais recursos conseguimos para o Município e para o Estado.

Então, é somente essa colocação que gostaríamos de deixar com V. Ex^a.

○ SR. HUMBERTO BOSAIPO - Muito obrigado, Deputado Pedro Satélite.

Quero comunicar a V. Ex^a que nós já estamos fazendo isso a nível partidário, no PFL. Nós temos lá o segmento do PFL Jovem, que inclusive deverá ter um encontro nacional aqui em Cuiabá, dia 08 de abril, com a presença da juventude de todo o Estado e mais a juventude brasileira que compõe esse Partido, e esse é um trabalho que pode ser formalizado e idealizado pelas outras siglas partidárias.

Parece-me que o Partido de V. Ex^a também tem um movimento jovem muito atuante. O PSDB também começa com um movimento de jovens e é exatamente esse eleitor que nós devemos cooptar o mais rápido possível, para que possa fazer esse tipo de alistamento. Obviamente que as escolas, hoje, oferecem, inclusive, condições de se fazer uma filiação em massa, como pretende o Deputado Pedro Satélite. É aí que eu coloco a posição da Assembléia como posição de destaque, para que nós possamos sair na frente desse trabalho, e ir aos colégios, grêmios estudantis, aos centros acadêmicos, aos diretórios estudantis para que possamos mostrar o valor do título de eleitor aos jovens, o valor da cidadania para que a juventude possa participar, inclusive, do processo eleitoral vindouro, que em um ano e seis meses já vamos ter novas eleições gerais no Estado...

○ Sr. Paulo Moura - Permita-me um aparte, nobre Deputado?

○ SR. HUMBERTO BOSAIPO - Ouço o Deputado Paulo Moura.

○ Sr. Paulo Moura - Muito obrigado, ilustre Deputado Humberto Bosaipo. Oportunizando as colocações de V. Ex^a, quero aproveitar para comunicar que o Partido Progressista Brasileiro, através da Juventude Progressista, já começa a realizar esse trabalho no sentido de estimular o jovem eleitor de Mato Grosso a se filiar e a participar do processo político. Agora, no próximo dia 1º de março, nós teremos um encontro aqui em Cuiabá, para o qual eu já convido os demais colegas, onde participará o Presidente do Movimento do PPB Nacional, da Juventude Progressista Nacional, que estará aqui em Cuiabá. É um movimento importante e nós estamos fazendo, através do Partido, através dos seus diretórios e nos diversos municípios de Mato Grosso, exatamente o alistamento eleitoral, principalmente dos migrantes que vêm a Mato Grosso e que não têm os seus títulos regularizados.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Sem dúvida nenhuma, eu acredito que esse movimento iniciado pelo Senador Júlio Campos, com certeza, com o apoio dos Partidos, principalmente o PFL, que tem uma organização exemplar aqui em Mato Grosso, é a juventude do PFL que tem atuado de forma bastante firme nesse sentido, eu tenho certeza de que nós, em chegando a um milhão e quinhentos mil eleitores, teremos, sem dúvida nenhuma, uma representação muito maior. E é importante que se faça isso antes que o Tribunal Regional Eleitoral baixe uma resolução fixando o número de Deputados federais que já está, pelo número de eleitores cadastrados, seguro em nove vagas. Mas antes que se baixe uma resolução, nós possamos alcançar um milhão e meio de eleitores para que Mato Grosso possa ter dez vagas na Câmara Federal e, por conseqüência, trinta deputados estaduais e aí, sim, Mato Grosso terá uma representatividade muito maior a nível municipal.

Evidentemente, o Presidente José Riva também faz esse trabalho, ele que lidera um grupo importante, que é o Bloco Novo Mato Grosso, também realiza um trabalho importante na região do Arinos, que se estende hoje até o Médio Norte e, com certeza, chegará até a Baixada Cuiabana. Muito obrigado!

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Agradeço ao ilustre Deputado Paulo Moura...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Convido o nobre Deputado Benedito Pinto para assumir a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO BENEDITO PINTO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:54 HORAS).

O SR. PRESIDENTE - Continua com a palavra o nobre Deputado Humberto Bosaipo, que dispõe de seis minutos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu fui aparteadado pelo Deputado Paulo Moura, que destacou aqui a importância do Partido do qual ele é um dos Líderes, o PPB, Partido que vem crescendo e que também faz parte da União por Mato Grosso.

É importante, Deputado Paulo Moura, que esse trabalho seja feito pelas agremiações partidárias.

E aí, Deputado Eliene, V. Ex^a tem a responsabilidade grande de começar esse trabalho no PSB, porque o seu eleitorado é jovem - a maioria, é claro! V. Ex^a tem eleitores de todas as idades, mas, a maioria do seu eleitorado é do segmento estudantil. E esse trabalho é fundamental. Mesmo que V. Ex^a não encabece o trabalho, mas que coloque a sua assessoria para que possa ser feito esse recadastramento eleitoral.

Depois dessa notícia - e é por isso, Deputado Pedro Satélite, que voltamos a discutir o tema - que o Senador Júlio Campos divulgou na imprensa, já há uma corrida no interior muito grande para o cadastramento eleitoral, porque nós sabemos que o voto hoje, de fato, no Estado de Mato Grosso, é distrital. São poucas as regiões do Estado de Mato Grosso que já não têm, para as eleições próximas, quatro ou cinco conditados a Deputado Estadual na base.

Então, essa notícia, nós devemos jogá-la, divulgá-la cada vez mais, para que possamos atingir uma meta de pelo menos conseguir, Sr. Presidente, eleger aqui dez Deputados Federais. E se essa Bancada Federal, no futuro, trabalhar em conjunto com as Bancadas da Região Centro-Oeste, que deve ser uma coisa que devemos buscar, nós poderemos ter um potencial grande de voto, inclusive de voto decisivo nos projetos do Congresso Nacional que beneficiem a nossa região. Ora, eu sempre advoguei que a área federal deveria trabalhar com os votos congregados da Região Centro-Oeste.

E, aproveitando da oportunidade, eu já estou em contato com alguns Deputados dos Estados de Goiás e de Rondônia, Sr. Presidente, para que no mês de maio Cuiabá sedie o Encontro Estadual de Deputados da Região Centro-Oeste. Tanto eu como o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Deputado José Lacerda estamos trabalhando com essa idéia e, certamente, vamos reivindicar dados das nossas Bancadas para a questão de energia, de transportes, que são sérias e comuns na Região Centro-Oeste. A questão da rodovia, que ninguém mais fala nela, e que contam os dois Estados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, chega a Rondônia a saída dos nossos produtos, principalmente produtos primários, para o Porto de Santarém. Iria baratear esse frete cada vez mais...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Comunico a V. Ex^a que dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento.

Convido o Deputado José Riva para reassumir a Presidência.

(O DEPUTADO JOSÉ RIVA REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:58)

O SR. PRESIDENTE - Continua com a palavra, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu diria aqui, Deputado José Lacerda, que nós já estamos entabulando conversações com Deputados de Goiás, de Rondônia, para que no mês de maio possamos trazer aqui os Deputados Estaduais da região Centro-Oeste, para discutirmos os temas relativos à agricultura, ao transporte, à ferrovia, ao meio ambiente, ao escoamento de produtos e, certamente, Mato Grosso vai convocar aqui a Bancada Federal do Congresso Nacional e todos os Estados da Região Centro-Oeste.

E esta Casa, Sr. Presidente, vai passar a ser o fórum de debates permanentes dos problemas da nossa região. Essa união é imprescindível para que nós possamos atingir este desenvolvimento.

Ontem mesmo eu conversei com alguns colegas de Goiás, que se mostraram muito interessados em fazer um encontro aqui e outro em Goiânia. Há um colega nosso, de Mato Grosso do Sul, também interessado em fazer esse encontro em Campo Grande, bem como Rondônia, para que nós possamos discutir esses problemas que são atinentes a nós.

Nós queremos afiançar a V. Ex^a, em primeira mão, que o primeiro encontro está programado - vamos acertar esses detalhes aí e comunicar à Mesa - para o final de maio, em Cuiabá, com a presença de quase todos os Deputados Estaduais, Federais e Senadores da Região Centro-Oeste.

Era isso, Sr. Presidente, o que tínhamos para falar.

O outro tema que gostaria de trazer a esta Casa, mas o tempo é escasso, é exatamente sobre a Campanha da Fraternidade, que a Igreja Católica lança este ano, em defesa das pessoas que estão presas - algumas até injustamente. Mas, com relação a isso, Sr. Presidente, eu pediria à Mesa para me inscrever no Grande Expediente da Sessão Noturna.

Esse tema tão importante. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Esta Presidência informa que a Pauta da Ordem do Dia, da presente Sessão, consta das seguintes matérias: votação do Veto Parcial n^o 40/96; apreciação da CPI do BEMAT; apreciação das Contas do Governo Dante de Oliveira, do ex-Governador Carlos Bezerra e Orçamento Geral do Estado.

Com discussão encerrada, Veto Parcial n^o 40/96, ao Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a Lei das Diretrizes Orçamentárias para o ano de 1997. Com Parecer favorável da Comissão de

Convido para funcionarem como escrutinadores os nobres Deputados Batico de Barros e Emanuel Pinheiro.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Solicito ao Sr. 2º Secretário que tome as providências necessárias para a votação do Veto Parcial nº 40/96.

O Sr. Moisés Feltrin - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Moisés Feltrin.

O SR. MOISÉS FELTRIN - Sr. Presidente, a orientação desta Liderança é para que votamos SIM, pela derrubada do Veto ora apreciado.

O SR. PRESIDENTE - Em função de estarmos na fase final de discussão do Veto Parcial nº 40/96, que dispõe sobre a Lei das Diretrizes Orçamentárias para o ano de 97, solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada dos Srs. Deputados.

O Sr. Benedito Pinto - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos diante de uma matéria de grande importância para o Estado de Mato Grosso e também para este Parlamento. Nós participamos do processo de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para este ano e nos sentimos no dever de encaminhar votação, neste Plenário, uma vez que, ontem, foi esgotado período destinado à discussão da matéria.

Veja bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Imprensa, aqui está apostado pelo Governo do Estado a uma Lei de Diretrizes Orçamentárias de 97, vinte e três dispositivos vetados ao Projeto de Lei.

Entendíamos, na oportunidade, quando preparamos as emendas, quando discutíamos o mérito da Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano, que podíamos, como Parlamentares, contribuir substancialmente com o Governo do Estado, a fim de que pudessemos ajudar na distribuição dos recursos para investimento no Estado de Mato Grosso e, através desse espírito de ajuda ao Governo, preparamos a Emenda ao Artigo que fala sobre o Quadro de Detalhamento, mais precisamente o Artigo 36 da LDO.

O Governo entendeu que dessa forma não seria possível, uma vez que, costumeiramente, a Assembléia Legislativa autoriza o Governo, através de decreto, a baixar decreto definindo aonde e como estará sendo empregado o recurso durante o ano, com base nas metas da Lei de Diretrizes de Bases.

Vejam bem, Senhores, a própria situação do Estado de Mato Grosso nos conclama, através de meios legais, que é a lei, a contribuir com regiões do Estado que hoje se encontram em situações gravíssimas, em todas as áreas essenciais, que são de competência do Governo, como na saúde, na educação, no transporte, na segurança e a intenção dos Srs. Deputados em aprovar, na época, a Emenda de minha autoria, que foi assinada por vários Deputados, seria vincular no Orçamento recursos necessários, através de emendas, a fim de que pudessemos garantir obras em todas as regiões do Estado de Mato Grosso.

Infelizmente, Srs. Deputados, sentimos até, neste momento, que dificilmente será garantida na Lei essa nossa pretensão.

Entretanto, Senhores, se isso não acontecer, eu conclamo a todos os Deputados aqui, na votação do Orçamento, para que nós possamos nos sentar com o Líder do Governo e chamar a equipe econômica para que eles não façam a elaboração do Quadro de Detalhamento sem, pelo menos, uma conversa com os Srs. Deputados, porque os Deputados do interior estão sendo cobrados diuturnamente pelas circunstâncias em que encontram,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

principalmente as nossas estradas e, conseqüentemente, as outras áreas de competência do Governo e que precisam ser discutido os investimentos mesmo com a escassez de recursos para investimento. Mas que seja, sem dúvida, garantida alguma coisa para atendermos uma região essencial.

Veja aqui, Deputada Zilda, o que existe, hoje, garantido no Orçamento para a segunda maior cidade do Estado de Mato Grosso: apenas uma obra de R\$ 600 mil reais que está no Orçamento do Estado para Várzea Grande. Apenas essa. O resto que pode ser investido ninguém sabe. Obrigatoriamente, o Governo vai ter uma obrigação de R\$ 600 mil reais com Várzea Grande para 97. Será que esses recursos são suficientes para atender o nosso Município? De forma nenhuma!

Então, sentindo eu que vai ser mantido aqui no Plenário o Veto da LDO, mais especificamente esse Veto ao Artigo 36, eu conclamo aos Srs. Deputados que na votação do Orçamento vão discutir as emendas que estão aí, que os Srs. Deputados estão apresentando, vamos procurar o mecanismo na própria lei, para vincularmos emendas essenciais, como é a Emenda de autoria da Deputada Serys Slhessarenko, que amplia recursos para a conclusão do Hospital do Câncer em Cuiabá, emenda de nossa autoria com vários Deputados, de um auxílio financeiro para os municípios - porque estão quase todos com duas ou três folhas atrasadas -, emenda de minha autoria e do Deputado Paulo Moura, garantindo ao Governo, através da Secretaria de Agricultura, para comprar mais equipamentos agrícolas para os pequenos produtores, porque nós vemos que se não ocorrer determinação neste sentido, nós estamos com o Estado numa situação muito difícil e o Governo, com o pouco recurso que tem, pode muito bem gerenciar as essências dos problemas que nós temos.

Portanto, Sr. Presidente, apesar de estarmos já com um minuto para encerrar os dez minutos que o Regimento Interno nos permite para encaminhamento, e eu sentindo que o Plenário desta Casa irá manter os Vetos, conclamo a V. Ex^{as} para que, na apreciação do Orçamento, nos sentemos para discutir e destinar principalmente para as regiões mais necessitadas algum recurso que vai ser enviado para as obras essenciais.

Portanto, Sr. Presidente, nós não podemos nos alongar mais na votação desse Projeto. Temos que decidir hoje, porque já é uma cobrança da própria população. Mas eu atento para esse horizonte, que é também de importância, porque em seguida nós teremos o Orçamento para analisar e, por certo, já em conversa mantida com o Líder do Governo, o Deputado Luiz Soares, nós teremos condições de discutir as emendas dos Srs. Deputados que estão aí e, se for preciso, fazermos uma emenda coletiva para dar alguma garantia para o interior do Estado de Mato Grosso. Muito obrigado.

A Sr^a Serys Slhessarenko - Para encaminhar votação, Sr. Presidente.

O Sr. Pedro Satélite - Para encaminhar votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - O Deputado Pedro Satélite já havia se inscrito, para encaminhar votação.

Peço a informação se é contra ou a favor.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Nós apenas gostaríamos de solicitar, Sr. Presidente, em nome da Vice-Liderança do Bloco Parlamentar da Democracia, para que suspenda a Sessão por cinco minutos, para que nós possamos nos reunir, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE - Deferido, nobre Deputado.

Está suspensa a Sessão.

(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 10:11 HORAS E REABERTA ÀS 10:18 HORAS)

O SR. PRESIDENTE - Está reaberta a Sessão.

Com a palavra, o Deputado Pedro Satélite.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar Democracia se reuniu e ficou decidido, pela maioria, que votaríamos pela manutenção do Veto. Portanto, os companheiros do Bloco votarão Não, pela manutenção do Veto.

O SR. PRESIDENTE - Continua em votação o Veto...

A Sr^a Serys Slhessarenko - Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de dizer que nós somos favoráveis à derrubada do Veto, que estamos encaminhando pela derrubada dos vetos da LDO.

Alguns dirão: “Ah, mas nós temos emergência de aprovar o Orçamento...” Eu concordo. Aliás, esse Orçamento já deveria estar aprovado há muito tempo. Esse Orçamento já deveria estar aprovado em novembro, em dezembro, em janeiro, em fevereiro, e não hoje, dia 26 de fevereiro. Por que não foi aprovado antes? Não houve vontade política para discutir ou o que é que foi? Então, essa não é a desculpa.

E, de mais a mais, não acredito na possibilidade de emendas no Orçamento para assegurar projetos específicos. Por quê? Porque o Governo vai usar a LDO, que proíbe legalmente. Ele vai partir do princípio legal de que a LDO não está permitindo. E, aí, eu pergunto: como é que fica? Adianta nós acharmos que, fazendo essas emendas no Orçamento, nós conseguiremos assegurá-las posteriormente? Acho que é um engano bastante grande, que é um equívoco dos Deputados, de todos nós. Porque isso está assegurado na LDO e o Governo vai simplesmente usar da LDO para manter o Orçamento exatamente como está! Sem direito a reclamações. E nós, Parlamentares, temos a obrigação, o dever, como políticos representativos de todas as regiões de Mato Grosso - e eu digo sempre que aqui está a maior representação política do Estado, não é no Executivo, é aqui. Lá no Executivo está uma parte da sociedade mato-grossense que foi vitoriosa, a outra parte está fora do Executivo, mas aqui estão todas as forças políticas com representatividade, a força política do Estado de Mato Grosso está no Parlamento - portanto, nós temos a obrigação, o dever de realmente participarmos da feitura, das regras do jogo orçamentário do Estado de Mato Grosso. É um dever nosso!

Nós não podemos... Por exemplo, a questão do Quadro de Detalhamento dos projetos, não há possibilidade de se fazer esse detalhamento de projetos. Nós estamos entregando um “cheque em branco” ao Governador! Ele vai fazer o que quiser! Ele não consultou a sociedade mato-grossense para fazer esse Orçamento. Isso não é um Orçamento... Aliás, é um Orçamento que não teve a menor participação. Cadê a participação do Fórum Sindical? Cadê a participação dos municípios na elaboração? Eu pergunto: os municípios tiveram algum tipo de consulta na elaboração desse Orçamento? Os Srs. Deputados de qualquer coloração partidária tiveram alguma participação na elaboração desse Projeto? Os Poderes, como tais, participaram da elaboração desse Projeto? A sociedade mato-grossense, de forma organizada, participou da elaboração do Projeto do Orçamento? Não! Claro que não.

Está claro, está explícito nesse Orçamento: foi um Orçamento absolutamente elaborado em gabinete fechado, feito por técnicos e burocratas! Está claro, está explícito.

Aí está o problema da Saúde, gravíssimo! Com uma diminuição de 22% no Orçamento da Saúde, de 130 milhões, baixou para 100 milhões. De 100 milhões, apenas 38 milhões são de recursos da Fonte do Tesouro, o resto é do “se vier”!

E V. Ex^{as} sabem muito bem o que é o “se vier”! São projetos elaborados que poderão ser liberados pelo Governo Federal, ou não! E dos 38 milhões do Orçamento do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Tesouro, para a saúde. Isso é só para citar um exemplo porque o tempo é escasso, 34 milhões são para o pagamento de Pessoal, 4 milhões para Custeio.

Eu pergunto: como é que fica a saúde em Mato Grosso, Senhores? Não há nenhum investimento. É zero para Mato Grosso.

As doenças endêmicas como a Malária, a Tuberculose, a Hanseníase, que infelizmente é uma dos campeãs que nós temos. Somos campeões em Hanseníase. Quer dizer, quantas pessoas estão sofrendo desse mal e precisam de tratamento e é obrigação do Estado o extermínio, o combate à Hanseníase. Está aí a Hanseníase, a Malária, a Tuberculose a AIDS. Sabem qual é o investimento para o combate às doenças endêmicas? Zero, Senhores! É zero.

Reajuste, eu não estou falando nem em reajuste salarial para os servidores, que estão de forma injusta com os salários congelados há mais de dois anos, com uma inflação acumulada de 45%. Ou seja, a metade dos seus salários achatados. Não há nenhuma previsão, eu não peço nem reajuste, peço realinhamento das tabelas. Zero previsto para isso.

A Universidade Estadual de Mato Grosso-UNEMAT, que atende 71 municípios do Estado de Mato Grosso, precisa de mais recursos e assim sucessivamente. Não vamos falar aqui em pontes, nas estradas, Senhores. Qual é o investimento nas estradas? Está inacessível à Capital, praticamente, para quem mora em Cotriguaçu, em Aripuanã, enfim, quem tem que passar nesse trecho que vai após Campo Novo do Parecis e mesmo até Campo Novo do Parecis, como está a estrada? Como está a estrada para Barra do Bugres, Nortelândia, Arenápolis? Para citar só algumas, poderíamos citar inúmeras outras. Cadê investimento para isso, Srs. Parlamentares?

O Sr. Humberto Bosaipo - V. Ex^a me concede um aparte, ilustre Deputada?

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Pois não, Deputado.

O Sr. Humberto Bosaipo - Deputada Serys Slhessarenko, nós estamos no terceiro ano do Governo Dante de Oliveira, este Orçamento é repetição desde o primeiro ano que o Governador entrou no Palácio Paiaguás. Não há um real para investimento no Estado de Mato Grosso. O que V. Ex^a aborda é sério. Só na questão da saúde, nós já somos os primeiros colocados no Brasil em Hanseníase. É um absurdo a Hanseníase no Estado de Mato Grosso, hoje. Eu não digo nem da Malária, porque a Fundação Nacional de Saúde ainda tem uma atuação no Norte do Estado, aonde a Malária tem uma maior incidência.

Mas veja só, V. Ex^a está citando algumas rodovias estaduais e federais. A BR-158, que V. Ex^a também conhece, está intransitável. Para algumas regiões do Baixo Araguaia, nós estamos levando gás, ou por avião ou por água, de barco ou de lancha. Esse QDV, Quadro de Detalhamento do Orçamento, deveria estar nas mãos dos Deputados. Nós deveríamos saber a real aplicabilidade desse dinheiro.

Então, concordo plenamente com V. Ex^a, como nós vamos manter o Veto, se não me engano, pela orientação dos Líderes partidários, nós corremos o risco também, na hora de votar o Orçamento, da Assembléia ficar fora dos propósitos que ela está se propondo, de aumentar o duodécimo.

Então, é necessário que se analise muito bem esses Vetos da LDO, porque vai incidir, obviamente, no Orçamento e no Orçamento Legislativo. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE - Informo à nobre Deputada Serys Slhessarenko que, de acordo com o Regimento Interno, no encaminhamento de votação não é permitido apartes. Como o nobre Deputado Humberto Bosaipo solicitou aparte e V. Ex^a concedeu, esta Presidência deixou passar despercebido, mas informo que não se pode conceder aparte no encaminhamento de votação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

A nobre Deputada dispõe de um minuto para encerrar o encaminhamento de votação.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Nós gostaríamos de chamar a atenção: Se o Governo diz que não pode, com a derrubada dos Vetos da LDO, ele não poderá especificar os projetos de lei, porque demora muito tempo para aprovar o Orçamento, então ele não sabe o que vai fazer com esse dinheiro. E se ele não sabe o que vai fazer com esse dinheiro, pra que pressa em aprovar? Porque ele deve estar com todos os projetos prontos. Estando com todos os projetos prontos, derrubado os Vetos da LDO, ele encaminharia em 24 horas para cá. Nós não podemos dar esse cheque em branco para o Governo. Ou isso faz parte de algum acordo? Há algum acordo para derrubada desse Veto? Eu pergunto aos Srs. Deputados e à Mesa Diretora: Há acordo para derrubada desse Veto? Vão derrubar esse Veto em troca de duodécimo ou coisa qualquer? Ou mantém esse Veto em troca de acordo?

Eu deixo essa pergunta. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência informa à nobre Deputada Serys Slhessarenko que não existe acordo de duodécimo nenhum. Agora, o que existe é um equívoco da parte de V. Ex^a, porque a manutenção do Veto, nobre Deputada, não impede a realização de emendas. Fica muito claro e V. Ex^a interpretou de maneira errada. Inclusive, pode ser emendada a questão salarial, a questão do duodécimo da Assembléia. A manutenção do Veto apenas impede que o Orçamento Geral do Estado seja rejeitado, porque não existe a devolução da peça orçamentária. Na verdade, se nós derrubarmos o Veto, nós temos que rejeitar o Orçamento. E queremos saber se Mato Grosso está preparado para ficar mais 90 dias sem Orçamento. Então, essa é a nossa colocação.

O Sr. Paulo Moura - Peço a palavra, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o nobre Deputado Paulo Moura.

O SR. PAULO MOURA - Ilustre Presidente José Riva, nós vamos dispor de apenas alguns minutos, mas acredito que a questão da LDO já foi amplamente debatida na Imprensa. Nós mesmos já havíamos alertado à Mesa e aos Srs. Deputados que não poderíamos ter encerrado o ano de 96 sem ter apreciado os Vetos da LDO e, conseqüentemente, do Orçamento.

Mas nós solicitamos o encaminhamento de votação, Sr. Presidente, para dizer que, dos vinte dispositivos vetados, alguns dispositivos foram vetados por questões meramente políticas e até prejudicando alguns instrumentos importantes que é a própria LDO, de maneira errada, fixou, que foram as metas para serem executadas. Ora, as metas são fixadas pelo plano plurianual, e a LDO é encaminhada de forma errada para esta Casa. Além de estabelecer essas metas, ela dimensionou essas metas. Então, por extensão, cabe ao Deputado estadual, cabe à Assembléia Legislativa fazer com que a fase seguinte, ou seja, se dividir em subprojetos, realmente ela fosse mantida, porque a LDO, como foi encaminhada para a sanção do Sr. Governador, ela partiu de um acordo aqui dentro da Assembléia Legislativa e cujo acordo não foi cumprido a partir do instante em que o Sr. Governador após esses vinte Vetos.

O primeiro Veto é um fomento ao projeto de reflorestamento através de sindicatos e associações de madeireiros. É uma emenda apresentada pelo Deputado Jorge Abreu e por causa desse veto fica prejudicada uma série de projetos dentro da área do projeto de desenvolvimento agro-ambiental, inclusive prejudicando o PRODEAGRO, cuja matéria,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

semana que vem nós vamos fazer um duro pronunciamento sobre a safadeza que está acontecendo lá, já que nós somos Presidente da Comissão que fiscaliza o PRODEAGRO.

Um outro veto que foi apresentado, para garantir o Conselho Estadual de Empregos, ele tem que ser mantido, Sr. Presidente, porque existe uma lei, a Lei nº 6.703, de 1995, que garante e o Relator diz que é inconstitucional. Ora, então por que o Governador do Estado sancionou essa lei?

Também a implementação do seguro obrigatório para indenização por morte ou invalidez permanente dos servidores públicos militares está vetado, e havia sido garantido por lei.

Outro veto importantíssimo, ilustre Presidente, é o Veto nº 05, numa emenda importante que fizemos junto com o Deputado Benedito Pinto, que garante a esta Casa e aos Deputados, a categoria de programação por subprojetos, habilidades que seriam integradas por um título e que possibilita a única forma do Deputado Estadual indicar obras importantes para as suas bases, obras que dia-a-dia a população de Mato Grosso nos cobra. E o Governo coloca no Orçamento, de forma dúbia, sem condições nenhuma de colocar onde serão executadas essas obras.

A questão do Veto nº 06, também, está ligada diretamente ao Veto nº 05, que é a codificação do mérito seqüencial, que é uma questão simples, porque o QDV, pelas informações que temos, ele já está pronto lá na Secretaria de Planejamento.

A questão do Veto nº 07, o Orçamento de investimento será apresentado por empenho. Tem que ser apresentado, porque o que está disposto no Artigo 35 da Lei nº 4.320, de 1964, assegura isso, e ela foi vetada de uma forma que, sem dúvida nenhuma, demonstra a truculência do Governo Dante de Oliveira.

O Veto nº 08, também, as metas de reforma agrária e de política agrária estão cumprindo os Artigos 341 e 342 da Constituição Estadual. No entanto, o Governo se esquece e pisa mais uma vez na nossa Constituição Estadual.

Como também no Veto nº 09, o Governo esquece que o demonstrativo regionalizado sobre despesas e receitas, de conformidade com o § 6º do Artigo 162 da Constituição Estadual, teria que ser consagrado na LDO, porque se ele não estiver na LDO, não pode constar no Orçamento.

Nós temos também a questão da relação de projetos e subprojetos referentes à contrapartida obrigatória do Tesouro Estadual, de custo e transferência da União em financiamento.

Aí está o “pulo do gato” do Governo, ilustre Presidente, Colegas Deputados. Transvestido na Fonte 280 e na Fonte 118 o Governo esconde, aproximadamente, quatrocentos milhões de reais e deixa de colocar esses recursos para investimento. Nós não sabemos qual a destinação desses recursos. Se é para continuar nessa propaganda que hoje existe de um fato que não está sendo feito por um Governo que não consegue realizar as obras e ainda tem a cara-de-pau de colocar isso numa propaganda, usando, inclusive, até as outras Instituições, como usa o Tribunal de Justiça - que faz um grande trabalho - e o Governador diz que faz, porque o Governo do Estado é quem está passando os recursos. Então, nós não temos na Fonte 118 nenhuma cópia de Convênio. E o recurso da Fonte 118 é o mesmo recurso da Fonte 100, recurso do próprio Tesouro do Estado.

E, dessa forma, essa LDO, se aprovada do jeito que está, inviabiliza praticamente a colocação por parte dos Deputados de qualquer emenda ao Projeto

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Orçamentário, porque nós ficamos impossibilitados de fazer remanejamento de recursos provenientes de convênios.

As cópias dos Convênios não fazem parte, ilustre Presidente, colegas Deputados, da peça que foi encaminhada a esta Assembléia, apesar de termos solicitado por ofício. O próprio Deputado Emanuel Pinheiro o fez e nós não recebemos do Governo do Estado sequer uma resposta a essa questão.

O QDD, importantíssima emenda que o Deputado Benedito Pinto coloca nesta peça orçamentária, também foi vetado. Sem o Quadro Demonstrativo de Despesa, como é que nós vamos saber onde o Governo pretende colocar os recursos que estão ali transvestidos nessas duas Fontes, que são a 280 e a 118?

A questão do Veto nº 12: “Em caso de déficit, a Lei Orçamentária indicará as fontes de recursos que o Poder Executivo fica autorizado”. Isso de acordo com a Lei nº 4.320, e o Governador veta esse artigo importantíssimo.

Nós, esta Casa de Leis, em aprovando e mantendo esse Veto, estaremos dando “carta branca” para o Governo do Estado fazer o que bem quiser e nem precisará vir à Assembléia Legislativa. Mesmo porque o próprio Governo coloca, no Artigo 14, da LDO, que não poderão ser fixadas despesas sem as devidas despesas destinadas às fontes de recursos.

O Veto nº 13: “As despesas de publicidades deverão correr à conta de dotações específicas.” Isso fica claro e o Governo, de forma inusitada, também veta, buscando aqui, como desculpa, o interesse público.

A questão do FTR, que é a “caixa preta” que nós não conseguimos desvendar ainda, é uma emenda que foi colocada na LDO, que infelizmente também está sendo vetada.

O Veto nº 15, a questão que nós colocamos do SIDO-Sistema Integrado de Dados Orçamentários, que também o Governo, de forma grotesca, apõe veto a essa peça importante. E mais ainda, quando o próprio Governo faz uma propaganda de que o Orçamento de 97 vai ter uma fiscalização rara - isso está aqui nos jornais. “O Orçamento não é mais peça de ficção, vira realidade.” Como? Se o Governo não permite que nós sejamos interligados, que esta Casa Leis - cuja prerrogativa constitucional é a fiscalização dos atos do Governo - não pode ter acesso aos dados orçamentários. E de forma grotesca também, mais uma vez, o Governador apõe um veto a uma matéria importantíssima.

A questão do SIAF-Sistema Integrado de Administração Financeira - também é outra peça que, de uma forma desumana e num desrespeito à harmonia dos Poderes, o Governador também apõe Veto. Ora, há uma sonegação total de informações da atual Receita do Estado de Mato Grosso. O ICMS, hoje, a Receita gira em torno de cem milhões de reais, e o Governo declara que só está arrecadando sessenta e cinco milhões de reais por mês. Quem são os prejudicados? Os municípios, diretamente, porque, dessa Receita, 25% são destinados a eles.

Os investimentos é que ficam prejudicados, porque não há um controle por parte da Assembléia Legislativa e o Governo Federal, hoje, está interligado, todo o seu sistema de dados orçamentários e de administração financeira, ao Congresso Nacional.

O Governo faz a propaganda de que a fiscalização do Orçamento será demais. Mas o Governo é que fiscaliza o próprio Governo, não permitindo à Assembléia Legislativa e interferindo exatamente na autonomia deste Poder.

E por aí vai, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma série de vetos que aqui foram colocados diferem frontalmente dos interesses da sociedade mato-grossense.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Nós estamos alertando, embora nós sintamos que esta matéria não terá o abrigo necessário que a própria população de Mato Grosso espera dos Deputados - que deveriam, na verdade, votar e derrubar os vetos colocados aqui nesta ...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Gostaria de comunicar ao nobre Deputado Paulo Moura que dispõe de um minuto para encerrar o encaminhamento de votação.

O SR. PAULO MOURA - Será o suficiente, Sr. Presidente.

Mas, aqui, eu quero invocar a V. Ex^a, ilustre Presidente, que nós temos, nas Razões do Veto, os vetos não somente fundamentados na inconstitucionalidade, ilustre Presidente, Deputado José Riva, como nós temos também vetos que estão sendo fundamentados no interesse público e, no Artigo 397, do nosso Regimento Interno, diz o seguinte: “Recebido o veto pela Assembléia, será imediatamente publicado e despachado às Comissões competentes.

§ 1º Quando o veto tiver por fundamento a inconstitucionalidade da proposição, será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, para emitir o parecer, dentro de dez dias.

§ 2º Se o veto fundar-se no interesse público, o parecer caberá às Comissões de mérito...”, ilustre Presidente.

Então, eu noto que nesse processo que nós iremos apreciar, daqui a pouco, está faltando o parecer que julga o mérito, ilustre Presidente.

Eu gostaria, Deputado José Riva, que V. Ex^a consultasse a sua Consultoria Jurídica, para que constatasse essa irregularidade que existe aqui. Está faltando o parecer da Comissão que julga o mérito, porque dos vinte dispositivos vetados, a grande maioria deles foi vetada pelo interesse público, pelo interesse do Governo.

E o outro encaminhamento, ilustre Presidente, eu gostaria da atenção de V.Ex^a, Deputado José Riva, nós temos dois Pareceres nesse processo da LDO. Nós temos o Parecer do ilustre Relator, Deputado José Lacerda, e temos o Parecer do voto em separado do Deputado Moisés Feltrin.

Eu gostaria que V. Ex^a esclarecesse a esse Plenário o seguinte: primeiro, se a Mesa Diretora não irá reparar o que está explicitado no Artigo 397, § 3º, do nosso Regimento Interno, e qual será o procedimento dessa Mesa Diretora e da Presidência em relação ao processo de votação? Porque nós temos no Projeto dois Pareceres, um do Relator e o Parecer do voto em separado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência informa ao nobre Deputado Paulo Moura que existe apenas um parecer e um voto em separado. Como a matéria é da área da Comissão de Constituição e Justiça, tem apenas o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Encerrada a discussão. Em votação...

Solicito do 1º Secretário para que proceda à chamada nominal dos Deputados para a votação do Veto Parcial nº 40/96.

Antes, porém, havíamos convocado dois escrutinadores, os Deputados Emanuel Pinheiro e Baticó de Barros, mas, em função da ausência dos mesmos, neste momento, convido os Deputados Pedro Satélite e Luiz Soares para trabalharem como escrutinadores.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à chamada.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

○ SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Emanuel Pinheiro, Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Moisés Feltrin...

○ Sr. Moisés Feltrin - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

○ SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Moisés Feltrin.

○ SR. MOISÉS FELTRIN - Sr. Presidente, nós gostaríamos que V. Ex^a nos orientasse com relação ao voto em separado.

○ SR. PRESIDENTE - Nós informamos que o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela manutenção do Veto, com o voto em separado, contrário ao Parecer, do Deputado Moisés Feltrin, membro da Comissão.

○ SR. MOISÉS FELTRIN - A orientação desta Liderança é para que se vote SIM ao dispositivo vetado.

○ SR. PRESIDENTE - Dando continuidade ao processo de votação, com a palavra o 1º Secretário.

○ SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Luiz Soares...

○ Sr. Pedro Satélite - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

○ SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Pedro Satélite.

○ SR. PEDRO SATÉLITE - A orientação do Bloco Independente é pela manutenção do Veto, ou seja, voto NÃO.

○ SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Ricarte de Freitas (AUSENTE), Deputado Wilson Santos (AUSENTE), Deputado Amador Tut, Deputado Gilmar Fabris, Deputado Quinca dos Santos, Deputado Paulo Moura, Deputado José Lacerda, Deputado Batico de Barros, Deputada Serys Shessarenko, Deputado Benedito Pinto, Deputado Eliene, Deputado Nico Baracat, Deputado Chico Daltro (AUSENTE), Deputado Jorge Abreu, Deputado Manoel do Presidente, Deputado Pedro Satélite, Deputada Zilda, Deputado Roberto Nunes, Deputado Romoaldo Júnior, Deputado José Riva...

○ SR. PRESIDENTE - Convido o Deputado Benedito Pinto para assumir a Presidência, enquanto exerço o direito de voto

(O SR. BENEDITO PINTO ASSUME A PRESIDÊNCIA, MOMENTANEAMENTE, ENQUANTO O PRESIDENTE TITULAR EXERCE O DIREITO DE VOTO).

○ SR. PRESIDENTE - Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à segunda chamada dos Srs. Deputados.

○ SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Ricarte de Freitas (AUSENTE), Deputado Wilson Santos (AUSENTE), Deputado Chico Daltro (AUSENTE).

○ SR. PRESIDENTE - Solicito aos escrutinadores que procedam à conferência do número de sobrecartas com o número de votantes (PAUSA).

○ SR. 2º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, o número de votantes confere com o número de sobrecartas depositadas na urna. Votaram 21 Sr. Deputados, sendo 10 votos SIM e 11 votos NÃO.

○ SR. PRESIDENTE - Portanto, mantido o Veto. Vai ao Arquivo.

Em discussão única, Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pelo seguinte Projeto de Resolução:

“Aprova o Relatório Final da Comissão
Parlamentar de Inquérito do BEMAT.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Art. 1º Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito do BEMAT.

Art. 2º Determina o envio do resultado da Comissão Parlamentar de Inquérito do BEMAT para a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado para as providências legais.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Em discussão o Projeto de Resolução. Encerrada a discussão. Em votação...

O Sr. Benedito Pinto - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Só para esclarecer, em virtude do nosso Regimento Interno, essa votação deve ser secreta, voto secreto. Portanto, gostaríamos que fosse cumprido o Regimento.

O SR. PRESIDENTE - Informamos ao nobre Deputado Benedito Pinto que faremos cumprir o Regimento Interno.

Informamos ao Plenário que a Consultoria-Técnico-Jurídica está fazendo uma consulta sobre o processo de votação da CPI (PAUSA). E informamos ao Deputado Benedito Pinto que o processo de votação do Relatório Final de CPI é normal.

O Sr. Humberto Bosaipo - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu gostaria que V. Ex^a solicitasse aos Deputados que tomassem assento nas suas Bancadas para que nós possamos, inclusive, dar maiores condições à Mesa para apurar essa votação.

O SR. PRESIDENTE - Antes, porém, convidamos todos os Srs. Deputados para que tomem assento em suas bancadas.

Informo ao Plenário que, de acordo com o Artigo 371: “A votação será realizada por escrutínio secreto nos casos de:

I - perda de mandato de membro do Poder Legislativo ou de cargo nos casos previstos na Constituição Estadual;

II - licença para incorporação de parlamentar às Forças Armadas;

III - denúncia contra o Governador, e seu julgamento, nos crimes de responsabilidade, bem assim nos casos de impedimento para o exercício do mandato ou declaração de vacância do cargo;

IV - julgamento de Secretário de Estado, nos crimes conexos com os do Governador;

V - eleição da Mesa;

VI - julgamento das contas do Governador;

VII - apreciação dos vetos do Poder Executivo;

VIII - apreciação de nomes propostos para Conselheiro do Tribunal de Contas, Conselheiros-Substitutos do Tribunal de Contas do Estado, Procurador-Geral da Justiça, Interventor em Municípios e Titulares de outros cargos que a lei determinar.

Parágrafo único - A votação secreta, fora dos casos próprios, mencionados neste Regimento, dependerá de deliberação plenária; o requerimento a ele referente será escrito e não sofrerá discussão.”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Como não há nenhum requerimento de solicitação para que o processo de votação se proceda de forma secreta, a votação é normal.

O Sr. Benedito Pinto - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Só para corrigir, da minha parte, um pequeno erro, uma vez que no momento em que V. Ex^a colocou em discussão, eu pensei que se tratasse do processo das contas do Governador. Então, é só para explicar esse equívoco da minha parte. Eu confundi as Contas com o Relatório da CPI.

O SR. PRESIDENTE - Entendo e reconheço o Deputado Benedito Pinto como um dos maiores conhecedores desse Regimento.

Portanto, daremos continuidade à votação.

Continua em discussão única o Projeto de Resolução de autoria da Comissão de Constituição e Justiça...

Em discussão o Projeto de Resolução. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA)...

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à contagem dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO - 13 Deputados votaram contra e 05 Deputados votaram a favor, incluindo a Deputada Serys Slhessarenko.

O SR. PRESIDENTE - Reprovado o Projeto de Resolução, oriundo do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito. Vai ao Arquivo.

Solicito da Consultoria Técnico-Jurídica da Mesa que providencie o processo das contas do Governo Dante de Oliveira, de 1995, para serem apreciadas.

Solicitamos aos Srs. Deputados que estiverem de posse do processo que contém as Contas do Governo Bezerra do ano de 1990, que o façam chegar à Mesa Diretora para o processo de discussão e votação...(PAUSA)

O Sr. Humberto Bosaipo - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, se o processo que contém as contas do eminente ex-Governador Bezerra não aparecerem sobre a mesa - e me parece que está com o Deputado Ricarte de Freitas -, sugiro que V. Ex^a pegue uma das cópias que estão sobre as bancadas de todos os Deputados, para que nós possamos reconstituir em cima desta cópia, que é autenticada pela Secretaria de Serviços Legislativos, para que nós tenhamos condições de votar em primeiro lugar as contas do ex-Governador Bezerra. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Em função do processo das contas do ex-Governador Bezerra/1990 se encontrar de posse do Deputado Ricarte, a Mesa Diretora, de posse do Relatório devidamente reconstituído das contas, mesmo sabendo do Parecer da Comissão já existente, convoca o Deputado Benedito Pinto, Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, para exarar parecer oral às Contas do ex-Governador Carlos Bezerra, para a sua apreciação normal.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos de chamar a atenção dos Srs. Deputados José Riva, Paulo Moura, Romoaldo Júnior e Ricarte de Freitas, que são membros da Comissão.

Por se tratar de uma matéria, Sr. Deputado Presidente, que já decorre há aproximadamente seis anos...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

(NESTE MOMENTO, VÁRIOS DEPUTADOS ENCONTRAM-SE CONVERSANDO PRÓXIMO AO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Solicito a atenção do Plenário, em função do nobre Deputado Benedito Pinto estar proferindo seu Parecer no processo que examina as Contas do ex-Governador Carlos Bezerra para o exercício de 1990.

O SR. BENEDITO PINTO (RELATOR) - Em virtude de estarmos reunidos em Plenário, Sr. Presidente, eu avoco o direito de relatar a matéria.

Comecei dizendo que estamos com uma matéria praticamente vencida, uma vez que se trata de um processo que já decorre há mais de seis anos e durante esse tempo as pessoas que foram coordenadoras de despesa nesse processo já prestaram suas informações ao Tribunal de Contas, daí entendermos que, nesse exato momento, as Contas dos ex-Governadores Carlos Bezerra e Edson de Freitas devam ser aprovadas por esta Assembléia Legislativa.

A partir deste pensamento, meu voto como Relator é pela aprovação das Contas e que se apresente o Projeto de Resolução para ser votado e aprovado por este Plenário. Portanto, como Relator, o meu voto é favorável à aprovação das Contas.

Passemos à coleta de votos dos demais membros da Comissão: Deputado Romoaldo Júnior.

O Sr. Romoaldo Júnior (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Nós votamos contra o Relator. Nós somos pela rejeição das Contas do ex-Governador Carlos Bezerra.

O SR. BENEDITO PINTO - Voto contra do Deputado Romoaldo Júnior; Deputado José Riva (COM O RELATOR); Deputado Pedro Satélite (COM O RELATOR); Deputado Paulo Moura (COM O RELATOR).

Sr. Presidente, com quatro votos a favor, está aprovado o Parecer favorável às contas do ex-Governador Carlos Bezerra na Comissão.

O SR. PRESIDENTE - Em discussão única, Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, que concluiu pelo seguinte Projeto de Resolução:

“Aprova o Balanço Geral do Governo do Estado de Mato Grosso, referente ao exercício de 1990.

Art. 1º Aprovar o Balanço Geral do Governo do Estado de Mato Grosso, relativo ao exercício de 1990.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.”

Em discussão o Projeto. Encerrada a discussão. Em votação...

Solicito à Assessoria que tome as providências para efetivarmos a votação secreta.

A Sr^a Serys Slhessarenko - Para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para encaminhar votação, a ilustre Deputada Serys Slhessarenko, que dispõe de 10 minutos.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Infelizmente, aqui o tempo corre contra nós, sempre.

Em primeiro lugar, eu gostaria de encaminhar contra a aprovação das Contas do ex-Governador Carlos Bezerra, por vários motivos. Um deles é que está explícito o acordo feito aqui, quando nós acabamos de ver a vergonhosa votação que foi o arquivamento da CPI do BEMAT que aconteceu neste momento...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Solicito à Deputada Serys Slhessarenko que proceda ao encaminhamento da matéria. A matéria a que V. Ex^a está se referindo já foi votada e V. Ex^a pode usar da palavra apenas para o encaminhamento da matéria em Pauta.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - É apenas para falar das Contas do Governo, não é?

Essas contas estavam na Justiça e, intempestivamente, apareceram neste Parlamento. Não se sabe porque elas emergiram “das cinzas”, com tanta rapidez, após a última votação que aconteceu neste plenário, há poucos instantes, onde foi arquivada a CPI do rombo do BEMAT. Isso para nós está bastante claro. Está claro porque as contas do ex-Governador vieram para votação e vieram para votação neste momento, num momento que para aqueles que precisavam da aprovação, era extremamente oportuno para negociar com outras matérias que estavam tramitando. Isso é uma vergonha! É uma vergonha para este Parlamento, sim, Deputado, e V. Ex^a sabe disso. Porque aprovar essas contas sem discussão, sem nenhuma discussão...

Eu quero saber se a sociedade de Mato Grosso sabe o que será aprovado ou rejeitado nos próximos momentos, neste Parlamento, que são as contas do ex-Governador Carlos Bezerra. Eu quero saber se Mato Grosso, se a população tem conhecimento do que está acontecendo, aqui, hoje. Eu acho que seria preciso uma ampla discussão aberta para que todos tomassem conhecimento do porquê essas contas foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas e o porquê elas vêm aqui, hoje, para a Assembléia Legislativa, nesse “toque de caixa”, para serem votadas. “Tem algo de podre nesse reino...” E nós precisamos saber, precisamos discutir abertamente. Não é numa discussão de dez minutos, que não é nem discussão, é o encaminhamento, aonde estamos proibidos inclusive de fazer qualquer correlação com outro projeto, ou com outra matéria. Temos que nos abster exclusivamente a essa matéria. Isso aqui não é uma discussão. Isso aqui é apenas um momento em que uma pessoa de cada vez pode estar externando as suas idéias a respeito do projeto que está sendo votado.

Portanto, eu digo que nós precisamos discutir amplamente as Contas do ex-Governador Carlos Bezerra. São as contas do ano - eu já nem me lembro qual foi o último ano do Governo dele - do ano de 90, já passou bastante tempo, e por isso as coisas precisam ser lembradas para serem votadas. Nós temos que ter a responsabilidade de votarmos com clareza, com certeza daquilo que estamos fazendo, porque as Contas que foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas em 90, não podem chegar aqui neste Parlamento hoje e... Elas acabaram de ser entregues aos Srs. Deputados, foram entregues neste exato momento, poucos minutos antes, aos Srs. Deputados, foram entregues agora de manhã, pelo menos para mim foi, não deu tempo de fazer um estudo detalhado - ou foi ontem à noite? Foi ontem à noite, estou me lembrando aqui, mas ontem tarde da noite. Ontem nós ficamos em plenário até bastante tarde, e hoje chegamos às 08:00 horas, portanto, não dá tempo de fazer uma menor análise a respeito dessas contas.

Portanto, eu peço aos Srs. Deputados que aguardemos para votar essas Contas com clareza daquilo que estamos fazendo. Não podemos continuar aqui votando coisas frutos de acordo. Se acorda isso em troca daquilo. Nós precisamos votar conscientes daquilo que nós estamos fazendo. Por isso eu peço que se adie essa votação, ou então que se vote contra a aprovação. Não é possível votarmos no escuro essas Contas do ex-Governador Carlos Bezerra do ano. Lá vai muito tempo, e nós não temos conhecimento das irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas. Inclusive, precisamos conhecer a defesa feita pelo ex-Governador,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

sob pena de mesmo votando contra ou a favor, em ambos os casos, estar existindo equívocos gravíssimos com relação ao voto depositado. Muito obrigada!

O Sr. Gilmar Fabris - Peço a palavra, para encaminhar votação favoravelmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o nobre Deputado Gilmar Fabris.

O SR. GILMAR FABRIS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros da Imprensa e da Galeria:

Uma coisa que é corriqueira na política, e que tem que acabar, é exatamente quando se vota uma Conta, seja do Governador do Partido do PFL, do PMDB, do PDT ou do PT, e que rapidamente, mesmo sem ter o conhecimento do conteúdo que ora tenha o processo, os Deputados, de imediato, divulgam os seus votos conforme a decisão político-partidária. Eu acho que isso é um grande erro que ocorre na política brasileira, quando se decide as coisas por questões partidárias.

Vi esses dias e li com muita atenção uma reportagem do Líder maior do PT, Lula, quando ele dizia que, na medida em que Fernando Henrique vai fazendo um bom governo, isso é muito ruim para o PT.

Então, V. Ex^{as} vejam que ele foi...

Está na *VEJA*, Deputada. E eu até assustei com a declaração dele, dizendo que ele não ia negar, pois na medida em que o Brasil vai dando certo nas mãos de Fernando Henrique, isso dificulta uma eleição para o PT. E isso é verdade, clara e evidente. Porque se está dando certo, não vai mudar de Partido, não vai mudar de governante. Mas, por aí vejam V. Ex^{as} como atua não só o PT como todos os Partidos, quando se trata de uma conta.

Então, nós que não escondemos de ninguém que teremos como candidato a Governador do Estado o companheiro Júlio Campos, e que talvez teremos como adversário o Senador Carlos Bezerra, não poderíamos dar uma demonstração, aqui, de forma nenhuma, de votar as contas de forma contrária, somente para se iniciar uma eleição antes da hora e às vezes cometendo até uma injustiça.

Eu acho que a hora de se encontrar para uma eleição é aquele tempo que é determinado pelo Tribunal Regional Eleitoral: que seja de 90 dias, de 4 meses.

Eu gostaria, também, de dizer que eu tenho conhecimento dessas Contas há muito tempo. Elas já estiveram nas minhas mãos. Ontem, esta Casa encaminhou cópia das Contas aos Srs. Deputados, cópia essa que já está nesta Casa há mais de seis anos. E nós, que somos Parlamentar nesta Casa pelo segundo mandato, já tínhamos conhecimento dessas Contas.

Eu gostaria de dizer o porquê do encaminhamento favorável. É não só pelo fato de ter conhecimento e entender que as Contas estão corretas, como também, Deputada Serys Slhessarenko, permita-me citar o seu nome, V. Ex^a foi Secretária de Educação nesse Governo, e conheço a sua honestidade, sei como V. Ex^a cuida do dinheiro público, não estou falando com ironia, porque a conheço. Para mim, só por esse motivo bastava para entender que as Contas do ex-Governador, com certeza, estão corretas. Causou-me surpresa quando V. Ex^a encaminhou desfavorável às Contas do Governo que participou como Secretária.

Então, peço aos companheiros, aos amigos da União por Mato Grosso, que apóiam Júlio Campos para o Governo, que não misturemos uma eleição futura com uma decisão atual da vida de um político que é da nossa classe e que teve as suas Contas consideradas como corretas, conforme observação que já fizemos com a nossa equipe econômica e jurídica na defesa que ora o ex-Governador fez.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Então, faço aqui um apelo e um pedido aos companheiros para que votem favoravelmente às Contas do ex-Governador Carlos Bezerra.

O SR. PRESIDENTE - Continua em votação.

O Sr. Wilson Santos- Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Sr. Presidente, Deputado José Riva; Deputado Romoaldo Júnior, 1º Secretário, Colegas Deputados:

Eu quero encaminhar de maneira favorável à aprovação das Contas do ex-Governador Carlos Bezerra, tendo em vista algumas questões que eu quero abordar nesta tribuna.

A primeira, da necessidade da aprovação de uma matéria de autoria da Deputada Zilda, que propõe o preenchimento de vagas do Tribunal de Contas deste Estado, através de concurso público, onde não haveria nenhuma inserção política, onde os pareceres fossem eminentemente técnicos, como os números assim o são.

A ex-Prefeita Erundina viveu dias dramáticos em São Paulo, por ter as suas Contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. E não há por quê pairar sobre aquela ex-Parlamentar e executiva dúvidas de lisura no trato da coisa pública.

Aqui, neste Estado, prefeitos de caráter extremamente distorcidos e malversador do dinheiro público já tiveram suas contas aprovadas - e com louvor. Não há, na verdade, um conceito retilíneo com relação aos pareceres dos Tribunais de Contas, inclusive da própria União, que na grande maioria das vezes é parecer político e não parecer essencialmente técnico, numa análise à luz da legalidade. Não há jurisprudência sobre essa matéria.

O Tribunal de Contas da União, criado na década de 1910, teve por lá figuras notáveis que engrandeceram aquela Corte. Mas também, no Tribunal de Contas da União e em alguns Estados onde há centenas de municípios, onde inclusive existem os Tribunais de Contas dos Municípios, também há esse debate das tribunas da sociedade, e que o Tribunal deve buscar o parecer sempre técnico e jamais político. E falar em rejeitar as Contas do ex-Governador Carlos Bezerra, aqui nesta tribuna, é algo que devemos tratar com muito cuidado, até porque no Governo Carlos Bezerra, do qual participou a nobre Deputada Serys Shlessarenko - e com certeza a sua atuação como Secretária contribuiu de maneira significativa para que pudesse ser candidata a Prefeita de Cuiabá, em 1988, e contribuiu também para que pudesse amear centenas de votos que permitiram a sua chegada nesta Casa, em 89, com apenas cem votos a mais do que o 1º Suplente, Dr. Antônio Fontes. Contribuiu, porque esteve lá, também, a Deputada Serys, com uma postura zelosa, correta e séria e estaria também, aqui, para defender a aprovação das contas do Governo nos anos de 87 e 88, quando a Deputada Serys fez parte, como Secretária Estadual de Educação.

No Governo Bezerra, de 87 a 88 era o mesmo de 89 a 90 e o mesmo com Edson de Freitas, os princípios que nortearam aquela gestão eram os mesmos quando V.Ex^a lá estava. Não esteve melhor quando V. Ex^a esteve lá e nem esteve pior quando V. Ex^a saiu. Continuou com as mesmas regras, com os mesmos princípios de honestidade e seriedade que V. Ex^a contribuiu para aquele Governo.

Não tenham dúvida de que o debate tem que ser técnico. O debate deve ser técnico. E se nós cairmos para o campo da política, nós vamos ter que dizer aqui que o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Governo Bezerra foi o governo mais social do Estado de Mato Grosso, foi um governo que trouxe mais de cem tratores para as comunidade rurais, foi o governo que exigiu, através de um decreto-lei, que a polícia não interferisse mais nos conflitos latifundiários nos campos deste Estado, foi o governo que trouxe saneamento básico para Cuiabá e Várzea Grande, foi o governo que iniciou os hospitais de Cáceres, de Colíder, de Rondonópolis, foi o governo que entregou mais de trinta mil títulos de terra nesse Estado.

Está aqui o ex-Prefeito de Juara, Deputado José Riva, quando pôde, na semana passada, dar a Carlos Bezerra o Título de Cidadão Juarense.

Mas, não vim aqui, Sr. Presidente, para falar politicamente do governo, mas apenas para dizer que, como Deputado do PDT, que sou desta Casa, voto favorável e encaminho favorável à aprovação das Contas do ex-Governador Carlos Bezerra e também do ex-Governador Édison de Freitas, que deram, sem dúvida, contribuições significativas para a democracia, com realizações.

Eu tenho certeza que apesar do Tribunal de Contas dar um Parecer contrário, esta Casa já tem jurisprudência, esta Casa já tem experiências anteriores de derrubada de Pareceres do Tribunal de Contas, esta Casa tem experiência e autonomia para derrubar vetos do Governo Estadual, como vem fazendo nesses últimos dias, aqui, no Palácio Filinto Müller.

Então, eu gostaria de colocar essas questões respeitando a postura séria, decente da Deputada Serys Shhessarenko, mas fazendo aqui um apelo aos colegas Deputados pela aprovação das Contas do ex-Governador Carlos Bezerra. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Não havendo mais orador inscrito para encaminhamento de votação, convoco os Srs. Deputados Quinca dos Santos e Roberto Nunes para trabalharem como escrutinadores.

Solicito ao Sr. 2º Secretário as providências para o processo de votação e, também, solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada dos Srs. Deputados para início do processo de votação.

O Sr. Romoaldo Júnior - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o Sr. Deputado Romoaldo Júnior.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a esclarecesse aos Srs. Deputados o sistema de votação.

O SR. PRESIDENTE - Informamos que o processo de votação é secreto e o voto SIM aprova as Contas e o voto NÃO rejeita as Contas.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Emanuel Pinheiro, Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Moisés Feltrin, Deputado Luiz Soares, Deputado Ricarte de Freitas (AUSENTE), Deputado Wilson Santos, Deputado Amador Tut, Deputado Gilmar Fabris, Deputado Quinca dos Santos, Deputado Paulo Moura, Deputado José Lacerda, Deputado Batico de Barros, Deputada Serys Shhessarenko, Deputado Benedito Pinto, Deputado Eliene, Deputado Nico Baracat, Deputado Chico Daltro (AUSENTE), Deputado Jorge Abreu, Deputado Manoel do Presidente, Deputado Pedro Satélite, Deputada Zilda, Deputado Roberto Nunes, Deputado Romoaldo Júnior, Deputado José Riva...

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao Deputado Benedito Pinto que assuma a Presidência, enquanto exercemos o direito de voto.

(O SR. DEPUTADO BENEDITO PINTO ASSUME A PRESIDÊNCIA, MOMENTANEAMENTE, ENQUANTO O PRESIDENTE TITULAR EXERCE O DIREITO DE VOTO).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao 1º Secretário que proceda à segunda chamada dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Ricarte de Freitas (AUSENTE) e Deputado Chico Daltro (AUSENTE).

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao Sr. 2º Secretário que verifique se o número de sobrecartas confere com o número de votantes e, conseqüentemente, proceder à apuração (PAUSA).

O SR. 2º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, o número de votantes confere com o número de sobrecartas depositadas na urna. Votaram 22 Srs. Deputados, sendo 19 SIM e 03 NÃO.

O SR. PRESIDENTE - Aprovado o Projeto de Resolução que aprova o Balanço Geral do Governo do Estado de Mato Grosso, referente ao exercício de 1990. Vai ao Expediente.

Esgotada a Pauta da Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais...

O Sr. Amador Tut - Solicito a palavra, pela Liderança do PL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Liderança do PL, o nobre Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, nobres Pares, servidores desta Casa, galerias, imprensa:

Sr. Presidente, o Partido Liberal no Estado de Mato Grosso está fazendo suas articulações políticas. Nós temos hoje, já declarado, um candidato a Senador da República e estamos aqui fazendo um convite para os demais Pares, demais companheiros, aqueles que acharem que nós estamos na fase, na época, em que a liberalidade vai mandar, não é mais direita ou esquerda, tem que ser liberal. Então, nós queremos aqui, de público, fazer um convite especial para o Deputado Roberto Nunes.

Deputado Roberto Nunes, não é pelo desejo do PL, mas pela minha vontade, a minha participação de ser seu compatriota, de ser seu Líder ou seu liderado. Eu convido V. Ex^a, que está sem partido neste momento, a nos ajudar a engrossar as fileiras do PL-Partido Liberal, porque V. Ex^a tem um gesto muito parecido. V. Ex^a, durante a sua liderança do Governo, demonstrou-se muito bom, imparcial, sabendo conduzir e trazer os seus companheiros sem imposição, simplesmente com simpatia e carinho.

O Sr. Roberto Nunes - Muito obrigado, nobre Deputado Amador Tut. Eu agradeço e fico comovido pelo convite de V. Ex^a e não descarto essa possibilidade, nobre Deputado. Mas, por enquanto, vamos continuar sem Partido.

Agradeço também ao nobre Presidente, Deputado José Riva, que nos convidou a pertencer às fileiras do seu Partido.

Portanto, nós agradecemos tanto ao Deputado Amador Tut como ao Deputado José Riva.

Deputado Amador Tut, um pouco do que V. Ex^a disse aí é bondade de V. Ex^a, mas eu recebo com grande emoção e com muito carinho esse convite por parte de V. Ex^a e o agradeço de coração. Pode ter certeza, Deputado Amador Tut, que nós vamos trilhar juntos aqui neste Plenário por muito tempo ainda.

Nobre Presidente, eu gostaria, não querendo interromper o Deputado Amador Tut, de fazer um pedido: eu gostaria que V. Ex^a, logo após o pronunciamento do Deputado Amador Tut, convocasse uma Sessão Extraordinária para que nós pudéssemos votar também as contas do Governo Dante de Oliveira. Muito obrigado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, o que eu gostaria de dizer, na Liderança do PL, é também extensivo aos demais colegas que na data que estamos, hoje, a renovação partidária é inevitável e aqueles colegas que acharem que a liberdade está na fase da oportunidade dela, estamos aqui. Contamos também com o Deputado José Abreu para nos fazer parceria. E temos certeza de que vamos ter candidato a Senador com potencial para ganhar as eleições de 98. Muito obrigado.

O Sr. Pedro Satélite - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente e demais pares, eu gostaria de fazer uma justificativa, a qual eu já fiz por escrito, na nossa fala de ontem à noite, na Sessão noturna, que informava que nós estivemos em Brasília, ontem, numa audiência com o Ministro dos Transportes, Moacir Saldanha, na qual estiveram presentes os três senadores e toda Bancada dos Deputados Federais.

Sr. Presidente, nós entendemos que realmente há uma união no Estado de Mato Grosso, na qual tivemos êxito, após ter sido decretado estado de emergência na BR-163. Isso deixou o Ministro sensibilizado e nos garantiu recursos de 2 milhões de reais para fazer a recuperação do trecho Posto Gil a Nova Mutum.

Era somente isso, Sr. Presidente, para justificar, ontem, a nossa ausência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Não havendo mais oradores inscritos nas Explicações Pessoais, e, antes de encerrar a presente Sessão, convocamos uma Sessão Extraordinária para daqui a três minutos, convocada pelos Srs. Deputados, com a finalidade de apreciação de votação do Balanço Geral do Estado referente ao exercício de 95, contra o Governador Dante de Oliveira.

Compareceram à presente Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira: Luiz Soares, Batico de Barros e Ricarte de Freitas; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Emanuel Pinheiro, Humberto Bosaipo, Moisés Feltrin e Romoaldo Júnior; da Bancada do Partido do Democrático Brasileiro - Wilson Santos; da Bancada do Partido Liberal: Amador Tut e Gilmar Fabris; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro: Quinca dos Santos e Paulo Moura; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro: José Lacerda; da Bancada do Partido dos Trabalhadores: Serys Slhessarenko; da Bancada do Bloco Parlamentar Democracia: Benedito Pinto, Eliene, Nico Baracat, Jorge Abreu, José Riva, Manoel do Presidente, Pedro Satélite e Zilda; Sem Filiação Partidária: Roberto Nunes.

Deixou de comparecer o Deputado Chico Daltro, do PDT.

Está encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisado por Regina Céli